



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da 13ª Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada no Município de Campo Mourão, em 22/4/2021.

Aos vinte e dois do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas, iniciou-se a 13ª Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, desta vez realizada inteiramente de modo remoto, pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Arilson Chiorato, Luiz Cláudio Romanelli, Douglas Fabrício, Anibelli Neto, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Anibelli Neto, Soldado Adriano José, Nelson Luersen, Evandro Araújo, Soldado Fruet, Delegado Jacovós, Subtenente Everton, Professor Lemos, Tadeu Veneri. Deputados Federais Rubens Bueno e Zeca Dirceu. A jornalista Paola Manfroi da TV Assembleia fez a abertura da audiência, inaugurou os trabalhos, e apresentou o processo de audiências públicas que está sendo realizado pela ALEP. O Deputado Arilson Chiorato cumprimenta o Prefeito da COMCAM. Inicia o tema, lembrando o histórico, de problemas jurídicos e corrupção declarada nos acordos de leniência, e a demanda da Frente é analisar, registrar e encaminhar aos órgãos públicos as reivindicações de todas as categorias, e ser uma frente de conciliação pela vida no sistema rodoviário do Paraná. A concessão prevista aumenta de 2.400 para 3.300 km aproximadamente, o tempo de 24 para 30 anos, com 15 novas (27 para 42 praças) prevê um degrau tarifário, um verdadeiro bônus de 40% após ao término da obra, e em relação ao preço comunga lances limitados a 17% de desconto e pagamento de outorga. A Frente Parlamentar aprovou um Manifesto pela licitação por menor preço, assinada por todos os deputados estaduais. A Frente Parlamentar aguarda um posicionamento do Tribunal de Contas da União. A Frente é suprapartidária e defende mais obras em menos tempo e menor tarifa. Esclarece como serão organizados os trabalhos, com faladas intercaladas entre autoridades locais e representantes da sociedade civil. Passada a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que ressalta a importância da participação das mulheres nesta discussão. O modelo atual é de 2500 de rodovias, 1800 federais e 700 estaduais. Esse modelo apresentado pelo Ministério não é novo, é a antiga conhecida concessão onerosa, já utilizada pelo Governador Jaime Lerner para o "anel de integração" do Paraná, iniciado em 1997, fixação de programa de obras e tarifa pré-fixada (era 40% mais cara do que deveria desde o início do contrato). Em período eleitoral, o Governador



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

baixou a tarifa com intuito eleitoral. 1998 desequilíbrio contratual, com questionamentos judiciais. Em 2000 os termos aditivos com concessionárias excluem obrigação de obras. Em 2012, TCU e TCE concluem existência de desequilíbrio financeiro em favor dos usuários. 2018 Operação Lava Jato e termo de leniência. 2020 a Agepar reconhece a existência de sobrepreço e aumentos desnecessários. As tarifas máximas previstas para o leilão terão o desconto máximo de dezessete por cento, e criaram a taxa de outorga (dinheiro pago ao governo federal), após os questionamentos esse valor seria depositado numa conta centralizada no caixa das concessões de cada lote. O lote 05, desta região, tem praças previstas para Corbélia, Campo Mourão, Floresta, Toledo (nova) e Mercedes (nova) Queremos uma licitação pelo menor preço de tarifa, sem limite de desconto, obras no início do contrato (começou concessão começou a obra), e uma garantia para a execução da obras, como um depósito de caução, que a concessionária deverá depositar para garantir que as obras serão realizadas. Existe uma "pegadinha", o degrau tarifário. A caução deve ser um valor fixo, com títulos públicos federais no BNDES por exemplo (proposta do economista corecon Luiz Fayet), a empresa saca o valor da garantia apenas após a realização das obras. Qualquer concessão só é realizada um ganho maior de eficiência, porém o Governo Federal está prevendo quase que a criação de uma estatal, comparativamente, engessando valores, e demais questões. Temos exemplos positivos de licitação pelo menor preço. A Assembleia Legislativa firmou um novo Manifesto uníssono entre todos os Deputados, assinado por todos protocolado na ANTT, com propostas como depósito de caução, contra novas praças, menor tarifa dentre outros. E só vamos ceder as rodovias estaduais, que têm que passar por autorização da ALEP, se a licitação for feita pelo menor preço. O Ministro recebeu um Carta da sede da FIEP, que na síntese tem a mesma ideia do Manifesto da Assembleia. O Deputado Romanelli afirma que o Governador Ratinho também foi surpreendido por esta modelagem, e cabe a ele ratificar com o Ministro que a posição do Paraná. E que o Secretário de Infraestrutura ouviu a Assembleia e o Governador Ratinho Júnior, pois antes o Secretário participou da elaboração do modelo híbrido. Concluída a apresentação, Paola Manfroi agradece os deputados, autoridades, representantes da sociedade civil e cidadãos presentes na Audiência. É passada a palavra ao Senador Flávio Arns, que ressalta importância do debate do pedágio, ressalta o protagonismo da Assembleia Legislativa, do Manifesto que foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

assinado pelos Deputados Estaduais para ANTT, pois amarrará as pessoas por trinta anos, e afirmou que falta a decisão do Gov. Ratinho para retomar a licitação sob a gestão do Estado do Paraná, sem devolver as rodovias para o Governo Federal. Será realizada uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, convite para frente parlamentar, Sec. Sandro Alex e outros. Prefeito Tauil faz a abertura, com as audiências públicas vamos encontrar melhor formato de licitação e o volume de investimentos, deve ser pelo menor preço, e exigir garantia financeira para a realização das obras. Deputado Douglas Fabrício, a região é de certa forma esquecida neste tema da infraestrutura, não ter a rodovia de Campo Mourão a Guarapuava não incluída na modelagem da nova licitação é um completo descaso, pois supostamente não tem retorno financeiro, mas como uma rodovia esburacada atualmente terá tráfego? O Governador Ratinho garantiu que esta duplicação será feita com recursos do Estado, mas e se não tiver condições? O Dep. Federal Rubens Bueno, fez reuniões em Brasília com VALEC, Ministério etc., mas a situação não se alterou. Prefeito Leandro de Araruna, concorda que na região de COMCAM é ruim o trecho de Campo Mourão à Guarapuava não ter sido contemplado. Deve ser pensada na situação dos motociclistas, para que não façam o pagamento dos pedágios. É muito tempo de contrato, e tudo deve ser pensado agora. Presidente da ACECM Ben Hur Berbet, cumprimenta o Presidente da CACICOPAR, concorda com o Senador Flávio Arns, que a decisão deve voltar para os paranaenses, e como aceitar que não serão os paranaenses que vão decidir o futuro do Paraná? Temos a COAMO, uma das maiores cooperativas da América Latina, e em nome da sociedade civil e do setor produtivo, pede que o Governador nos ouça e mantenha o controle das rodovias no Paraná para os paranaenses. Pres. SINDIMETAL e membro Diretoria FIEP Fernando Mizote, defende o menor preço de licitação. Deputado Anibelli Neto, tem um projeto importante para o pedágio, a Frente Parlamentar conseguiu vitórias como Deputados Federais e parte do Governo do Estado buscarem a licitação por menor preço, o que foi conquista da sociedade civil e autoridades nas Audiências Públicas, como pres. Com. Agric. ALEP deve haver manifestação do Governador para falar com o Pres. Rep. que não queremos este modelo. Deputado Subtenente Everton, a praça de Jataizinho foi assaltada, e R\$26,40 cobrado pela concessionária é também um roubo. Deputado Evandro Araújo, vice-coordenador da Frente, preocupação com o cronograma dos fatos, para que o projeto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

que seja entregue deve ser no TCU, e cobraremos audiências públicas presenciais pela ANTT. Devemos verificar a rodovia de ligação de Mamborê a Campo Mourão. Presidente da FETRANSPAR Coronel Sérgio Malucelli, a posição do G7, setor produtivo, é muito coincidente com as propostas da Assembleia. Representante da COAMO, Airton Galinari, o grande escoamento da COAMO é pelo porto do Paraná, aprox. 100 milhões anuais são pagos de pedágio pela Cooperativa, as pautas do G7 e ALEP são muito parecidas e precisam ser ratificadas. Presidente da ACAMDOZE, Luiz Tavares Rosa, agradece pela realização da Audiência, não existe dúvida que a região é escassa de emprego, e pedágio prejudica inclusive os estudantes. Dep. Prof. Lemos, a devolução das rodovias para o Governo Federal é o grande problema, pois as leis aprovadas no PR não valerão para as rodovias pedagiadas, proposta 30 anos, e devemos definir as coisas antes dos contratos, não sabemos quem governará no futuro. Devemos conclamar o Gov. Ratinho para gestionar perante Gov. Federal que as rodovias sejam licitadas pelo Paraná. Dep. Soldado Adriano José, se não fosse a frente os rumos da licitação estariam diferente, um exemplo de problema é Mamborê, que tem dificuldade de deslocamento para cidades vizinhas, e Dep. Arilson tem projeto de lei para resolver esta questão para rodovias estaduais. Dep. Del. Jacovós, em todas as regiões do Estado o paranaense se manifestou pela menor tarifa, e os deputados federais foram obrigados a se posicionar, ressalta a importância da mobilização. Presidente da CODECAM - Conselho Des. Econ. Campo Mourão, Sr. Newton Leal, mais de 40 instituições, a duplicação Campo Mourão - Cascavel já está paga, fazer ligação das rodovias estaduais para BR369 é possível, e se é possível ao menos terceiras faixas de Campo Mourão a Guarapuava. Vereador Devanildo Parma, será que não fomos representados naquele primeiro contrato? Prefeito de Goioerê, Beto. Coordenador do Procon Campo Mourão Sidnei Jardim, importante que seja colocada a defesa do consumidor no debate do pedágio, e que seja criado um conselho para o consumidor se manifestar, na execução dos contratos pela licitação pelo menor preço. O que a Assembleia irá fazer se não houver conclusão da licitação? Prefeito Rafael Bolacha, é preocupante a exclusão do trecho Campo Mourão - Guarapuava. Dep. Federal Rubens Bueno, a questão do pedágio tem triste histórico, com endividamento dos Estados brasileiros, porém sem um marco regulatório para os pedágios, foi cobrada a duplicação da rodovia Campo Mourão a Guarapuava, e outras. Dep. Tadeu Veneri o projeto de ferrovia prevê o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

desmatamento de 271.000 hectares, e caso não construída o pedágio continuará sendo o grande entrave para a produção paranaense. Caso o Governo Federal e o Governador não acatem a opinião pelo menor preço, que seja votado o projeto de lei para que haja a delegação das rodovias estaduais apenas se houver licitação por menor preço, as autoridades devem se manifestar com clareza e não de forma dúbida. Dep. Plauto Miró, Sec. Sandro Alex que defendia a posição do Governo Federal da licitação modelo híbrido regrediu, pela pressão da sociedade, e agora se manifestou pelo menor preço. Instituto de Desenvolvimento Regional Jairo, aprox. 700 mil hectares produzindo commodities. Deputado Federal Zeca Dirceu, a licitação pelo menor preço é factível, as empresas inidôneas são excluídas na fase de habilitação da licitação, o modelo com pagamento de outorga é prejudicial pois o valor que é pago com outorga pode ser investido em obras. Vereador Jadir Pepita - Presidente Câmara Campo Mourão. René Duarte, trata-se de concessão para uma nova geração, ex. de MS e SC têm valores muito reduzidos, e o tempo de concessão é muito alto, a concessão deve ser em 10 anos. Dep. Nelson Luersen, essa vontade dos paranaenses deve chegar até o Governo Federal, para sermos ouvidos, para que as licitação seja de tarifa justa, com obras para o Paraná. Passada a palavra para Paola Manfroi ler as perguntas que serão respondidas pelos Deps. Romanelli e Evandro Araújo, o pedágio de SC foi feito com leilão pelo menor preço de tarifa, que resultam em tarifas como a SC. Importante acompanhar proposta que será encaminhada ao TCU. É necessário que seja estendido o prazo para que novas questões chegue à ANTT. Dep. Romanelli, não está incluído no projeto da ANTT/EPL o contorno norte de Campo Mourão nem o trecho da Rodovia Campo Mourão a Guarapuava. Em relação a consórcios, não há como pois o formato do governo federal é excludente, pois restringe a licitação a grandes grupos econômicos. Dos 150 bilhões de arrecadação, apenas 42 bilhões serão de investimentos, o restante é de impostos e lucro das empresas. Em relação à participação popular, a distância entre PR e Brasília é muito grande, e durante a execução do contrato devem existir comitês locais de gestão dos contrato. O projeto de lei para vincular menor preço à delegação das rodovias é importante. Foi falado com o Governador para que haja um organização dessa licitação, com representantes do Estado, União, Assembleia, etc. Dep. Douglas agradece a Frente Parlamentar, as lideranças, e ressalta as obras de Campo Mourão a Guarapuava e Contorno Norte de Campo Mourão para serem incluídas nas obras do estudos para novo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

pedágio. Dep. Romanelli afirma que o ITTI da UFPR foi contratado para fazer estudo que envolve as obras. Dep. Arilson afirma que as demandas serão incluídas na Carta de Campo Mourão, que caso não haja conclusão da licitação até dezembro, o Estado do Paraná pode encampar a gestão das rodovias, prorrogar ou tomar outras atitudes e que a Assembleia está aguardando decisão do TCU. Principais propostas que: 1. Licitação pelo menor preço, sem limite de descontos. 2. Inclusão da Rodovia de ligação entre Campo Mourão e Guarapuava nas obras obrigatórias. 3. Gratuidade para os motociclistas; 4. Que a gestão e o modelo de licitação seja mantido em poder dos paranaenses. 5. Transparência na gestão dos contratos. 6. Rodovias estaduais para BR369 é possível, e se é possível ao menos terceiras faixas de Campo Mourão a Guarapuava. 7. Redução do tempo de 30 anos de contrato para 10 anos. 8. Não ao pagamento de outorga como critério de licitação. 9. Isentar os moradores de cidades com praças de pedágio ao pagamento de pedágio. 10. Criação de Conselho de Consumidores para acompanhar a execução do contrato. 11. Obras realizadas num curto prazo. 12. Contratação de trabalhadores da região pelas concessionárias. 13. Desoneração/Exclusão do PIS/COFINS da tarifa. 14. Inclusão do Contorno Norte de Campo Mourão nas obras. Email contribuições: fjpedagio@assembleia.pr.gov.br Nada mais havendo a tratar, o Deputado Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato